

BALBÚRDIA: discursos dos tomadores de decisão da gestão de educação no governo

Bolsonaro

Helenilson Santos Ferreira

Resumo

Este trabalho buscou identificar quais as representações sociais que os tomadores de decisão da gestão de educação do governo Bolsonaro construíram a respeito do ensino superior. Utilizou-se uma abordagem qualitativa, tendo a análise documental como método de pesquisa e técnica de coleta, produção e interpretações dos dados. A partir da definição dos tomadores de decisão a terem suas declarações públicas pesquisadas, - o ex-presidente Jair Bolsonaro e os ex-ministros da educação Ricardo Vélez Rodríguez, Abraham Weintraub e Milton Ribeiro, - realizou-se a busca no Jornal Folha de São Paulo em formato digital, de 01 de janeiro de 2019 a 31 de março de 2022. Após o tratamento dos dados o *corpus* da pesquisa foi definido. Para operacionalizar a investigação, elaborou-se um quadro de análise com as seguintes dimensões: 1) Autonomia Universitária; 2) Ideologias presentes nas Universidades; 3) Estudantes Universitários; 4) Perspectiva econômica sobre as Universidades Públicas; e 5) Estigma. Foram identificadas nove categorias temáticas, vinculadas às dimensões. A grande representação social do governo Bolsonaro sobre as universidades públicas foi a “balbúrdia”, reconhecendo-as como locais que têm a ideologia política partidária de esquerda, composta de estudantes acríticos, não devendo ter repasses financeiros do orçamento da União para o seu funcionamento.

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Universidade Pública, Balbúrdia.

Abstract

This work sought to identify the social representations that decision makers in the education management of the Bolsonaro government built regarding higher education. A qualitative approach was used, with document analysis as a research method and technique for data collection, production and interpretation. From the definition of decision makers to have their public statements searched, - former president Jair Bolsonaro and former ministers of education Ricardo Vélez Rodríguez, Abraham Weintraub and Milton Ribeiro, - a search was carried out in the Folha de São Paulo in digital format, from January 1, 2019 to March 31, 2022. After processing the data, the research corpus was defined. To operationalize the investigation, an analysis framework was prepared with the following dimensions: 1) University Autonomy; 2) Ideologies present in Universities; 3) University Students; 4) Economic perspective on Public Universities; and 5) Stigma. Nine thematic categories were identified, linked to the dimensions. The great social representation of the Bolsonaro government on public universities was the “shamble”, recognizing them as places that have a left-wing political ideology, composed of uncritical students, and should not have financial transfers from the Union budget for their operation.

Keywords: Educational Policies, Public University, Samble.

1 INTRODUÇÃO

As universidades, em especial as universidades públicas, são espaços de produção de conhecimento do país, onde se constitui a produção científica no Brasil. O ensino superior público por muitos anos esteve restrito a uma elite econômica e ao estrato da população da classe média alta brasileira. No entanto, nas últimas décadas, o ensino superior público passou por uma forte expansão e uma necessária democratização, o que resultou em uma mudança significativa do perfil dos alunos universitários. Hoje, segundo o IBGE, a população negra é a maioria dos matriculados nas instituições públicas brasileiras (IBGE, 2019).

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômicos e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES-2018, realizada pela Andifes, demonstra de maneira substancial a importância das políticas públicas implementadas no ensino superior nas primeiras décadas da virada do século. Conforme o seu relatório, foram criados 18 novas Universidades Federais no período de 2005 a 2017, presentes em quatro das regiões do país. Houve também um aumento exponencial de novas universidades públicas localizadas no interior do país, com total de 52, até fevereiro de 2018.

O perfil dos estudantes, de acordo com o último levantamento, demonstra que a maioria dos discentes são do sexo feminino (54,6%), a renda mensal familiar da maioria dos estudantes (70,2%) encontra-se na faixa de um salário mínimo e meio. Outro dado relevante é o percentual de cotista, que salta 3,1% em 2005 para 48,3% em 2018 (FONAPRACE, 2019).

Neste ponto, vale destacar que essa nova configuração é o resultado de importantes políticas públicas que ocorreram na virada do século. A criação de novas universidades públicas e a sua interiorização por meio de programas como REUNI e a implementação da política de cotas raciais e sociais apontaram para um novo perfil de alunos nesses espaços que por muitos anos foram restritos a uma pequena parcela da sociedade.

Entretanto, com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, conhecida como teto de gastos, as políticas sociais foram fragilizadas, principalmente, no que se refere ao aporte de recursos financeiros para a manutenção e expansão para políticas públicas ofertadas para os cidadãos. Conseqüentemente, a política educacional foi afetada e, em específico, a política do ensino superior público ofertado pelas universidades públicas, com sua maior responsabilidade nas ações da União, o que resultou em diminuição significativa de verbas.

Perante uma crise econômica, um contexto político conturbado, os tensionamentos sobre diversos avanços sociais e direitos conquistados por minorias históricas, a culpabilização da classe política, deram lastro para o surgimento a uma alternativa potencial à extrema-direita, representada pelo candidato Jair Messias Bolsonaro, que logrou êxito nas eleições de 2018. O governo Bolsonaro assume a gestão pública do país em 2019, com uma

visão de mundo, sistema de valores e crenças que, conseqüente, afetaram as políticas públicas, incluindo as políticas educacionais, especialmente, o ensino superior público.

O governo Bolsonaro foi um marco histórico e político na perspectiva democrática do país. A sua gestão foi marcada por desmontes de políticas públicas, que foram principalmente notadas durante a crise sanitária global decorrente da pandemia de COVID 19, com o presidente declaradamente negacionista e com discurso anticientificista. Durante os quatro anos da gestão do Jair Bolsonaro à frente do poder executivo, as universidades públicas federais sofreram contingenciamentos de recursos públicos e acusações de promoverem “balburdia”.

Para fins deste trabalho, interessam-nos as ideias que instruíram a ação da gestão Bolsonaro frente ao ensino superior. Parte-se do pressuposto de que visão de mundo, valores e crenças, - que dialogam com a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, - norteiam as tomadas de decisão, em inúmeros casos. As representações sociais são interpretações da realidade por determinados grupos, pelo conhecimento do senso comum, as quais são expostas e reafirmadas no processo de interação e comunicação. Segundo Alexandre (2004, p. 130) “por intermédio do aporte teórico da representação social, torna-se possível penetrar no cotidiano dos indivíduos, considerando seus valores e identidades culturais”. Neste contexto, esse trabalho investigou quais as representações sociais que os tomadores de decisão da gestão de educação do governo Bolsonaro, construiu a respeito do ensino superior ao longo dos três primeiros anos de governo.

Este estudo aspira fortalecer o papel político e social da Universidade na sociedade atual, considerando que “a educação superior vem dando amplas demonstrações de sua importância para promover transformações na sociedade, por isso passou a fazer parte do rol de temas considerados prioritários e estratégicos para o futuro das nações” (MEDEIROS; RIBEIRO, 2020, p. 04). Ao pensar a formação do profissional de gestão pública e a contribuição deste trabalho para o Campo de Públicas, teve em vista evidenciar como as ideias e os valores afetam as políticas públicas e, de maneira geral, a gestão pública, e como toda a sociedade é afetada.

O trabalho é composto por 6 seções, com esta Introdução. Na segunda, apresenta-se os procedimentos metodológicos. Em seguida, discute-se o ensino superior no Brasil. Na quarta, os elementos da Teoria das Representações Sociais. Na quinta, os resultados e discussões, além das considerações finais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se aqui de uma pesquisa exploratória, de cunho qualitativo, que utilizou de fontes secundárias, quer sejam, as declarações dos tomadores de decisão da gestão da Educação no governo Bolsonaro quanto ao ensino superior público reportadas pelo jornal Folha de São Paulo. Ao analisar as representações sociais dos tomadores de decisão da gestão de educação no governo Bolsonaro acerca do ensino superior, buscou-se explicitar os sentidos da ação governamental, ou seja, os suportes ideológicos que sustentam a gestão pública no âmbito da política de ensino superior no Brasil. Compreende-se que, nas políticas públicas, as ideias importam, sendo responsáveis por estruturar decisões políticas com efeitos concretos nas ações do Estado.

Como procedimento metodológico, o estudo se orientou pela análise documental, como método de pesquisa e técnica de coleta, produção e interpretações dos dados. Do ponto de vista metodológico, a Teoria da Representação Social “[...] favorece o desvendar dos mecanismos de funcionamento da elaboração social do real, tornando-se fundamental no estudo das ideias e condutas sociais” (ALEXANDRE, 2004, p. 130), ao permitir operacionalizar as ideologias do senso comum que guiam a ação humana.

Como indicado acima, os instrumentos de produção de dados para a pesquisa das representações sociais podem ser questionários, entrevistas, observações, análise de documentos, entre outros. A opção escolhida para a pesquisa aqui desenvolvida foi a análise documental das matérias do Jornal Folha de São Paulo, nas quais aparecem declarações, notícias, entrevistas dos responsáveis pela gestão de educação no governo Bolsonaro acerca do ensino superior, a saber: o próprio ex-presidente Jair Bolsonaro, os ex-ministros da educação Ricardo Vélez Rodríguez, Abraham Weintraub e Milton Ribeiro. Importa considerar que as representações sociais “[...] são formadas através de influências recíprocas, através de negociações implícitas no curso das conversações, onde as pessoas se orientam para modelos simbólicos, imagens e valores compartilhados específicos” (MOSCOVICI, 2015, p. 208). Dessa forma, compreende-se que os responsáveis pela gestão de educação do governo Bolsonaro, por fazer parte do mesmo grupo de pessoas ideologicamente alinhadas, se retroalimentam em suas influências e negociam perspectivas similares acerca da temática aqui estudada. Justifica-se assim a escolha dos atores.

O veículo de comunicação escolhido para realizar a busca foi o Jornal Folha de São Paulo, por ser um jornal de grande circulação no Brasil, que veicula notícias do Brasil e do mundo. É um dos veículos impressos mais longevos presente no país, sendo disponibilizado também em formato virtual. Desse modo, tivemos em vista priorizar um veículo de

comunicação pela sua relevância nacional e no seu papel desempenhado na discussão da política nacional.

Cumpramos destacar que reconhecemos o Jornal Folha de São Paulo, bem como outros veículos consolidados de comunicação, como importantes atores políticos e, nesse sentido, os veículos de imprensa podem influir por meio de seus editoriais no cenário político e possivelmente na construção das representações sociais neste trabalho investigadas. Também reconhecemos que os conglomerados de comunicação são setores com seus interesses e ideologias políticas que influenciam a sociedade.

Inicialmente procuramos delimitar quais os burocratas de alto escalão que eram os responsáveis pelas decisões da gestão da educação do governo Bolsonaro, em seguida, identificamos as matérias do Jornal Folha de São Paulo, por meio de sua versão digital, utilizando-se de marcadores combinados. Foram utilizados os marcadores “Universidades Federais”, “Universidade Pública” e “Ensino Superior Público”. Cada expressão foi combinada, por vez, com os nomes dos tomadores de decisão do governo Bolsonaro, a saber “Jair Bolsonaro”, “Ricardo Vélez”, “Abraham Weintraub”; e “Milton Ribeiro”; que foram aplicados na ferramenta de busca do Jornal Folha de São Paulo em formato digital, para a edição impressa, no filtro de 01 de janeiro de 2019 a 31 de março de 2022, sendo identificada a totalidade das matérias que responderam aos marcadores combinados.

O período em questão foi definido considerando o início da gestão do Presidente Jair Bolsonaro, em primeiro de janeiro de 2019. Já a data de corte final levou em conta a exoneração do terceiro Ministro da Educação do governo Bolsonaro, Milton Rodrigues, que se deu em 28 de março de 2022. Adotou-se o último dia de março como data limite de busca compreendendo que nos dias subsequentes à saída do ministro poder-se-ia ser veiculada alguma matéria resgatando posicionamentos dele quanto ao ensino superior.

Em seguida, foram identificadas, manualmente, apenas as matérias que estão vinculadas ao caderno Educação, para serem lidas e posteriormente listadas aquelas que possuíam falas dos atores em questão. Assim, foram excluídas as matérias sem falas dos principais responsáveis pela gestão da Educação do governo Bolsonaro e as que possuíam falas, mas versavam sobre o ensino superior privado e o ENEM. Nesse sentido, é importante sinalizar que o marcador "ensino superior público" combinado com os nomes do presidente ou dos ministros retornou, basicamente, matérias relacionadas ao ENEM. Os dados da busca sistematizados relacionadas ao ex-presidente Jair Bolsonaro foram encontradas um total de 14 matérias; ao ministro Abraham Weintraub foram 26 matérias; Milton Ribeiro, 02 matérias; e Ricardo Vélez, 01 matéria. Para fins do procedimento analítico adotou-se a análise de conteúdo categorial temática.

Quadro – Quantitativo de matérias por marcados combinados no Jornal Folha de São Paulo

Marcadores combinados	Totalidade	Educação	Matérias com falas
"Jair Bolsonaro" & "Universidades Federais"	160	90	13
"Jair Bolsonaro" & "Universidade Pública"	25	10	1
"Jair Bolsonaro" & "Ensino Superior Público"	21	12	0
"Abraham Weintraub" & "Universidades Federais"	116	76	25
"Abraham Weintraub" & "Universidade Pública"	8	4	2 ¹
"Abraham Weintraub" & "Ensino Superior Público"	14	9	0
"Milton Ribeiro" & "Universidades Federais"	20	16	2
"Milton Ribeiro" & "Universidade Pública"	2	1	1 ²
"Milton Ribeiro" & "Ensino Superior Público"	2	2	0
"Ricardo Vélez" & "Universidades Federais"	27	16	1
"Ricardo Vélez" & "Universidade Pública"	1	1	1 ³
"Ricardo Veléz" & "Ensino Superior Público"	1	0	0

Fonte: Elaboração própria, 2023

Para Moscovici (2015, p. 216) as “[...] representações sociais são sempre complexas e necessariamente inscritas dentro de um ‘referencial de um pensamento preexistente’; sempre dependentes, por conseguinte, de sistemas de crenças ancoradas em valores, tradições e imagens do mundo e da existência”. Sendo assim, a análise temática permitiu explicitar este sistema de crenças dos atores analisados.

Para operacionalizar a investigação, foi feito um quadro com as dimensões da educação superior e de suas instituições, que poderiam estar representadas no discurso dos que foram responsáveis pela gestão de educação, nos três primeiros anos do Governo Bolsonaro: 1) Autonomia Universitária; 2) Ideologias presentes nas Universidades; 3) Estudantes Universitários; 4) Perspectiva econômica sobre as Universidades Públicas; e 5) Estigma.

¹ Uma das matérias com falas identificadas na busca "Abraham Weintraub" & "Universidade Pública" já havia sido identificada na busca "Abraham Weintraub" & "Universidades Federais".

² A matéria com fala identificada na busca "Milton Ribeiro" & "Universidade Pública" já havia sido identificada na busca "Milton Ribeiro" & "Universidades Federais".

³ A matéria com fala identificada na busca "Ricardo Vélez" & "Universidade Pública" foi a mesma encontrada na busca "Ricardo Vélez" & "Universidades Federais".

3 ENSINO SUPERIOR

O Brasil, enquanto nação, tem grandes desafios postos. A educação sempre esteve apontada como um dos gargalos sociais a serem enfrentados no país. Referente a isso, basta averiguarmos que a universalização do ensino fundamental aconteceu, de fato, após a Constituição de 1988 (CF 88) e através da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394/96. No que diz respeito ao ensino superior, podemos notar que o histórico deste nível de ensino no Brasil foi marcado por momentos distintos e com a criação da primeira universidade apenas na década de vinte do século XX. Anteriormente a isto, Martins (2002, p. 04) constata que

Até a proclamação da república em 1889, o ensino superior desenvolveu-se muito lentamente, seguia o modelo de formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas, e visava assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito, além de garantir prestígio social.

Ao estudar sobre o processo de constituição da política de educação superior no Brasil, Senkevics (2021) aponta para dois ciclos de expansão, sendo o primeiro entre 1960 a 1980 e o segundo entre 1991 a 2020, de modo que estes períodos denotam as transformações sociais e econômicas vivenciadas pelo país. Ao mesmo tempo, Salata (2018) destaca duas características importantes do ensino superior brasileiro, a quais são a sua expansão tardia e a forte presença do setor privado. De maneira simultânea, Cunha (2000) identifica a privatização e a fragmentação institucional como elementos característicos de seu desenvolvimento.

Em perspectiva sintética, Senkevics (2021) caracteriza o ensino superior brasileiro no início dos anos 1990, antes das transformações do segundo ciclo, como um sistema elitizado, direcionado para segmentos da população mais ricos, frequentados por brancos, de maioria do sexo feminino, ofertados em cursos presenciais por faculdades privadas, concentradas nas regiões Sul e Sudeste. Cabe destacar os dados socioeconômicos deste período que demonstram uma abissal diferença dos jovens que acessavam o ensino superior:

[...] enquanto 21% dos jovens do quinto com maior renda domiciliar per capita acessavam o ensino superior em 1993, entre os jovens dos dois quintos mais pobres, 12 somados, essa proporção não passava de 1%. Por consequência, três em cada quatro jovens que acessavam o nível superior naquele momento pertenciam ao segmento mais rico (SENKEVICS, 2021, p. 203).

Este autor também demarca as desigualdades de raça que perpassam o ensino superior neste período, com predomínio da população branca e, conseqüente, ausência dos pretos, pardos e indígenas. Demonstra também o elemento das desigualdades regionais que

envolvem esta modalidade de ensino, com alta concentração regional de matrículas e instituições no Sul e Sudeste do país (SENKEVICS, 2021).

A partir das primeiras décadas do presente século, inicia-se um processo de maior impacto para as universidades públicas. De modo geral, as políticas afirmativas começam a ser implementadas nas IES públicas. Este processo acaba resultando na Lei 12.711/2012, que estabelece que todas as instituições federais de ensino superior e ensino técnico de nível médio devem designar metade de suas vagas para egressos de escola pública, entre as quais 50% devem ser para pessoas de baixa renda. Nas vagas reservadas, também deve-se considerar cotas para candidatos pretos, pardos, indígenas (BRASIL, 2012).

Senkevics (2021, p. 1999) observa que “[...] a expansão sem precedentes de vagas e matrículas no ensino superior, em conjunto com a diversificação institucional da oferta e políticas inclusivas, levou à heterogeneização do público discente e uma crescente estratificação horizontal”. Por outro lado, Salata (2018) constata que apesar da importante mudança do perfil dos jovens que acessam as IES, a demarcação de classe e origem ainda é um fator importante para ingresso nestes espaços. Em todo caso, cabe destacar que, a partir das políticas públicas de educação que visam a inclusão de parcelas maiores e representativas da sociedade no ensino superior, podemos notar uma atenuação das desigualdades persistentes na sociedade brasileira. Afinal, “[...] o processo de expansão do ensino superior, entremeado por políticas de inclusão, resultou na redução da magnitude dessa desigualdade, de tal maneira que se pode concluir que houve uma perda relativa de posições sociais ocupadas pelo segmento mais rico” (SENKEVICS, 2021, p. 209).

Em relação à gestão Bolsonaro, Amaral (2020, p. 128) afirma que “as Universidades Federais brasileiras [...] estão, desde a posse do Governo Bolsonaro em janeiro de 2019, sob um intenso ataque do grupo que assumiu a presidência da república”. Para comprovar esta afirmação, este autor analisa as informações divulgadas, após a posse do atual governo, e que começaram a se fazer presente nas mídias quanto ao volume financeiro elevado ao ensino superior; a não realização de pesquisa pelas Universidades Federais; a necessidade de investimento na educação básica, retirando dinheiro do ensino superior; entre outras (AMARAL, 2020).

Quanto à configuração do ensino superior na atualidade, foi possível identificar que “os ataques à educação do governo Jair Bolsonaro não o são à toa, fazem parte, também, de uma política de governos de direita que beneficiam a elite e o mercado econômico, em detrimento da classe trabalhadora” (OLIVEIRA; BEZERRA; BRAGA, 2021, p. 371). O que parece que estava em jogo são as perspectivas ideológicas acerca desta modalidade de ensino e a quem ela se destina. No intuito de desvelar mais nitidamente quais os elementos

ideológicos que embasaram as ações da gestão Bolsonaro quanto às universidades públicas federais, é que o trabalho propõe buscar identificar as representações sociais que os tomadores de decisão da gestão da Educação no governo em questão construíram acerca do ensino superior público.

4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A tarefa de buscar identificar as representações sociais dos tomadores de decisão da gestão da Educação no governo Bolsonaro, quanto ao ensino superior público, teve o intuito de situar essa discussão entre as abordagens das políticas públicas, em específico, no que se refere ao papel das ideias no processo de produção das políticas. Segundo John (1999, p. 144 apud FARIA, 2003, p. 23)

As ideias podem ser definidas, por exemplo, como afirmação de valores, podem especificar relações causais, podem ser soluções para problemas públicos, símbolos e imagens que expressam identidades públicas e privadas, bem como concepções de mundo e ideologias [ou representações sociais].

Quando analisamos as políticas públicas e os atores envolvidos em seu processo, é importante considerar que “mais do que atores racionais perseguindo os seus interesses, é a interação de valores, normas e diferentes formas de conhecimento que caracteriza o processo das políticas” (FARIA, 2003, p. 23), ou seja, o papel das ideias é crucial para os rumos de cada política pública possa tomar.

Neste sentido, analisar as representações sociais, enquanto valores compartilhados pelos atores que compunha o núcleo de decisão do Governo Bolsonaro sobre o ensino superior, permite compreender o processo de produção da política de educação nesta gestão, ou seja, colabora com os estudos dos processos de políticas públicas a partir da importância do seu caráter ideacional. Segundo John (1999, p. 157 apud FARIA, 2003, p. 23) “as políticas são uma disputa entre formas de discurso que são baseadas na luta pelo poder e na busca de significado”. Cabe aqui, portanto, nos questionarmos: quais disputas estiveram em jogo e poderiam ser reveladas a partir da identificação das representações sociais do ensino superior presentes pelos atores que tomavam as decisões a respeito da educação do Governo Bolsonaro?

Cumpre indicar também que “as ideias podem ser usadas pelos políticos não apenas para definir os outros, mas também a si mesmos” (FARIA, 2003, p. 25). Desta forma, as representações sociais do ensino superior público dos tomadores de decisão da gestão de educação no Bolsonaro não apenas apontam o que estes compreendiam desta modalidade

de ensino, como também figuram como a ideologia política que guiou a gestão e definiu este governo.

É através da linguagem que os sujeitos sociais constroem o mundo, significam a realidade, elaboram esquemas conceituais e representam a realidade. Neste escopo, figuram a importância e influência do papel da linguagem na construção da representação social.

Segundo Moscovici (2001), é através da linguagem que pensamos. E a linguagem é a expressão das representações e da cultura. As representações estão presentes em todas as interações humanas. Pessoas e grupos criam representações ao longo do processo de comunicação que ocorre nas ruas, nos bares, nos escritórios, em qualquer ambiente em que as pessoas dialogam, comentam, julgam, emitem opiniões. Sendo criadas, as representações adquirem vida própria, circulam e ensejam o surgimento de novas representações. E passam a exercer influência decisiva sobre as relações sociais, sobre as escolhas e as ações das pessoas (SANTOS; CHAVES, 2007, p. 356).

Representação social é uma teoria sociopsicológica que tem como expoente Serge Moscovici. Para este autor, “[...] o estudo de como, e por que, as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como eles transformam ideias em prática [...]” (MOSCOVICI, 1990a, p. 164 apud DUVEEN, 2015, p. 08) constitui o nicho específica de uma teoria sociopsicológica.

5 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR DOS TOMADORES DE DECISÃO DA GESTÃO DE EDUCAÇÃO NO GOVERNO BOLSONARO

Após a leitura flutuante e exploração do conteúdo das matérias selecionadas, que continham as declarações a respeito do objetivo balizador da pesquisa, identificaram-se as dimensões e categorias existentes nos discursos dos atores, atentando-se sempre para o referencial teórico. Estas dimensões e categorias são apresentadas e discutidas a seguir.

5.1 Autonomia Universitária

A primeira dimensão a ser explicitada e discutida, que esteve nas matérias encontradas, foi “Autonomia Universitária” que buscamos discutir a partir da categoria “Escolha de Reitor”, sendo possível encontrar cinco registros.

Durante os quatro anos do governo Bolsonaro foi observado um processo de desconexão das escolhas dos reitores por parte da gestão federal em relação aos nomes indicados em primeiro lugar pelas listas tríplexes elaboradas pelas universidades por meio de consulta pública ao seu público docente, discente e de técnicos-administrativos. Este fator, ainda que não contenha elementos de ilegalidade, de alguma maneira afetou a autonomia das universidades federais, ao funcionar como uma ação de deslegitimação dos processos

democráticos adotados por estas instituições de ensino superior junto à sua comunidade acadêmica, no exercício da autonomia universitária.

Cumprir notar que a legislação garante a escolha dos reitores como um ato de discricionariedade do mandatário do poder executivo federal. A Constituição de 1988, no seu artigo 207, explicita que “As universidades gozam de autonomia-didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Parentoni e colaboradores (2022) apontam que ao menos 36% (trinta e seis por cento) das universidades federais foram administradas por reitores não eleitos pelas suas respectivas comunidades acadêmicas, no período da gestão Bolsonaro. Este dado corrobora a não observância do respeito ao princípio da gestão democrática nas instituições de ensino superior pública. Em relação à categoria que compõe esta dimensão e discute as escolhas dos reitores, as declarações que parecem sintetizar as representações sociais dos responsáveis pela gestão de Educação no governo Bolsonaro foram:

“Eu não quero interferir politicamente em lugar nenhum, mas o que é comum chegar na minha mesa é a lista tríplice. A gente pesquisa a vida da pessoa, pessoas trazem informações, daí chega a informação: esse cara é do PSOL, esse outro é do PT, esse outro é do PC do B. A gente não deve escolher ninguém por questão ideológica, mas a gente vê que são militantes”
“Coisas absurdas têm acontecido dada a autonomia das universidades”

As referidas falas foram emitidas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e veiculadas no Jornal Folha de São Paulo dos dias 11 de junho de 2019 e 07 de dezembro de 2020, respectivamente. Sob o pretexto de que “coisas absurdas tem acontecido” devido à autonomia das universidades públicas, a gestão federal do período de 2019 a 2022 passou a não nomear os indicados pela lista tríplice e que possuíam nitidamente vínculos políticos com partidos de esquerda.

Percebe-se inicialmente aqui uma compreensão por parte da gestão federal, analisada neste trabalho, de que as universidades públicas são espaços que privilegiam em seus quadros de gestão um espectro ideológico ao qual os tomadores de decisão da gestão da Educação do governo não reconhecem como legítima.

5.2 Ideologias presentes na Universidade

A dimensão “Ideologias presentes na Universidade”, que foi categorizada como “Ideologias políticas partidárias”, esteve cinco vezes presente no corpus analisado.

Compreende-se que a discussão sobre ideologia é vasta, mas aqui adota-se a perspectiva sistematizada por Leandro Konder (2001). Segundo este autor, “cada pessoa,

cada grupo, ao intervir na política, ou ao se omitir em face dela, tende a acreditar que seu ponto de vista é mais adequado às necessidades ou às conveniências da humanidade do que o ponto de vista dos outros” (KONDER, 2001, p. 26). Percebe-se este elemento nitidamente na presente categoria. O sentido desta categoria fica evidenciado no trecho da fala do ex-ministro da educação Milton Ribeiro, veiculado na matéria da Folha de São Paulo, do dia 10 de agosto de 2021: “As universidades federais não podem se tornar um comitê político do partido A, nem de direita, mas muito menos de esquerda”.

É possível inferir que a representação social dos responsáveis da gestão da educação do governo Bolsonaro foi de que as universidades públicas federais têm como ideologia política partidária os partidos no espectro da esquerda. Desse modo, a categoria ideologia política partidária está intrinsecamente ligada à categoria acima analisada (escolha de reitor), pois a compreensão de qual ideologia se faz presente nestas instituições de ensino superior levou a ações de deslegitimação dos processos democráticos para a escolha dos reitores das universidades públicas, como discutido anteriormente.

5.3 Estudantes universitários

Na dimensão “Estudantes Universitários”, foram criadas duas categorias nas quais se alocaram os registros que foram recorrentes. A primeira foi categorizada como “Atributos negativos” dos estudantes, para a qual foi possível identificar dois registros. Já na segunda, “Representantes da elite”, encontrou-se três ocorrências de trechos a ela relacionada.

Os atributos negativos encontrados nas falas dos membros responsáveis da gestão de educação do governo Bolsonaro são conspícuos no seguinte trecho da declaração do ex-presidente Jair Bolsonaro: “São uns idiotas úteis, uns imbecis, que estão sendo usados como massa de manobra de uma minoria espertalhona que compõe o núcleo de muitas universidades federais no Brasil”, veiculado na matéria do Jornal Folha de São Paulo do dia 15 de maio de 2019. Importa considerar e refletir que estes mesmos estudantes universitários, vistos como “massa de manobra”, são efetivamente agentes políticos em defesa dos seus interesses perante os ataques aos espaços universitários.

Observa-se que os elementos da representação social, que os tomadores de decisão da gestão da educação do governo Bolsonaro sustentaram quanto aos estudantes universitários, dizem respeito a considerar que estes sujeitos são incapazes de ter uma posição acerca da sociedade em que vivem, como se fossem sujeitos acrílicos que viriam a ser moldados pelo espectro da esquerda “que domina” as universidades. Tal postura da gestão Bolsonaro põe em xeque o lugar da universidade como um espaço de direito da população conquistado por meio de diversas lutas coletivas, bem como desconsidera as

histórias de vida dos sujeitos que a ocupam, os contextos sociais dos estudantes, seus posicionamentos políticos e os lugares para os quais almejam ir.

A outra categoria que esteve presente na análise desta dimensão foi a perspectiva de uma universidade para poucos, que foi estabelecida enquanto categoria “Representantes da elite”. Dois trechos evidenciam esta categoria, a saber: i) a fala do ex-ministro Ricardo Velez na qual afirma que as universidades deveriam “ficar reservadas para uma elite intelectual”; e ii) a declaração do ex-ministro Milton Ribeiro de que a “universidade na verdade deveria ser para poucos nesse sentido de ser útil à sociedade”, ambas publicadas na mesma matéria da Folha de São Paulo do dia 10 de agosto de 2021.

Aqui cabe retornarmos a perspectiva das transformações ocorridas no perfil universitário brasileiro, a partir de políticas públicas na implementadas na última década do século XXI. De acordo com Senkevics (2021) o ensino superior brasileiro pode ser caracterizado, no início dos anos 1990, como um sistema elitizado direcionado para segmentos da população mais ricos, frequentados majoritariamente por pessoas brancas.

Os dados socioeconômicos deste período demonstram uma abissal diferença dos jovens que acessavam o ensino superior: [...] enquanto 21% dos jovens do quinto com maior renda domiciliar per capita acessavam o ensino superior em 1993, entre os jovens dos dois quintos mais pobres, somados, essa proporção não passava de 1%. Por consequência, três em cada quatro jovens que acessavam o nível superior naquele momento pertenciam ao segmento mais rico (SENKEVICS, 2021, p. 203).

Tendo isto em vista, infere-se que a representação social dos atores aqui analisados, vislumbra a universidade como um espaço restrito a poucos, de validação da elite econômica que sempre governou o país, de forma que o conhecimento acadêmico não deve ser popularizado, mas sim elitizado. Para estes sujeitos o ensino superior público figura como um espaço de privilégios e não de direitos, ou seja, os capitais sociais, econômicos, políticos, culturais e simbólicos estariam destinados a se concentrarem apenas nas mãos de uma parcela da população que se vê como “dirigentes do país” e para os seus filhos.

5.4 Perspectiva econômica sobre a universidade pública

Em relação à dimensão “Perspectiva econômica sobre a Universidade Pública”, foram sistematizadas as categorias “Repasse”, que discute o contingenciamento dos recursos destinados às universidades públicas, na qual alocou-se treze declarações dos atores investigados; e “Universidade paga”, que agregou as falas a respeito do pagamento do ensino superior nas universidades públicas por parte dos estudantes, sendo encontrados cinco registros.

A categoria “Repasse” foi a que obteve o maior quantitativo de registros entre todas as categorias analíticas elaboradas para esta pesquisa. Este dado parece sugerir que o elemento mais significativo de justificativa de ataque às universidades públicas, por parte dos responsáveis da gestão de educação do governo Bolsonaro, esteve relacionado às questões orçamentárias. Ao verificar o histórico dos fatos acerca da redução do repasse às universidades públicas por parte da gestão Bolsonaro, identifica-se que o primeiro grande bloqueio que as universidades sofreram foi no ano de 2019. No período em questão o então Ministro Weintraub anunciou o bloqueio de verbas de três universidades: UNB, UFF, UFBA, com a justificativa de que estas universidades estavam promovendo “balbúrdia” nos seus respectivos campi. No entanto, horas depois de sua declaração repercutir negativamente na sociedade, o ministro 36 estendeu o bloqueio de verbas para todas as universidades com a justificativa de problemas orçamentários, como é possível verificar no trecho da entrevista abaixo, veiculada na matéria da Folha de São Paulo, do dia 09 de maio de 2019:

“O Paulo Guedes [ministro da Economia] teve que fazer isso porque a lei manda a gente contingenciar, segurar um pouco, não cortar. Segurar um pouco os gastos, não só no Ministério da Educação, que eu sou responsável, mas em todos os ministérios a gente está segurando um pouco pra cumprir a lei, e não terminar que nem o governo anterior, que gastou mais, descumpriu a lei e gerou inflação”.

O mesmo discurso justificador, apontando para a necessidade de contingenciar recursos, também foi reiterado por declarações públicas do ex-presidente Jair Bolsonaro, como é possível perceber na seguinte fala deste autor, publicada no Jornal Folha de São Paulo, de 08 de maio de 2019: “Outros governos contingenciaram, cortaram recursos no linguajar popular. Ninguém vai cortar recursos da educação por maldade, é que nós não temos como pagar as dívidas que o Brasil tem, que são muito grandes, por isso esse contingenciamento”.

Referente ao ensino superior, Heringer (2021) aponta que o plano de governo do candidato Jair Bolsonaro já apresentava o não investimento para este nível de ensino, devendo as universidades buscar parcerias com a iniciativa privada. A autora verifica que a

[...] concepção sobre ensino superior [da gestão Bolsonaro] vai na direção oposta à expansão de políticas para a educação superior desenvolvidas durante os governos de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), incluindo a criação de novas universidades públicas, novos campi em áreas não metropolitanas e bolsas para alunos de baixa renda em instituições de ensino superior privadas (HERINGER, 2021, n.p.).

Evidencia-se aqui a representação social quanto à função que o ensino superior deve ocupar no projeto de sociedade, defendido pela gestão Bolsonaro e cujos principais executores visou invisibilizar ao construir os argumentos orçamentários para contingenciar os

repasses para as universidades públicas. Esta representação tem como núcleo o fato de enxergar os repasses para as universidades como gastos a serem cortados e não como investimento em ciência e tecnologia, inclusive no período pandêmico.

A outra categoria que apontamos na perspectiva econômica foi denominada “universidade paga”. Especificamente o ex-ministro Weintraub deu declarações do que ele pensava acerca da cobrança de mensalidades nas universidades federais:

“Cobrar dos alunos de graduação eu sou contra, porque é uma discussão que vai ser muito acalorada e a gente vai gastar uma energia gigantesca para poucos alunos que são de famílias ricas, mas que às vezes é de família rica e tem pai desnaturado”.

“Mas eu acho que, se a gente focar na cobrança de pós-graduação, você não tem que discordar. Está lá o bonitão com o diploma de advogado querendo fazer o mestrado. E aí tem que pensar em pagar”.

Essas falas do ex-ministro se deram como respostas a questionamentos sobre a gratuidade do ensino superior público, haja visto que as ações de contingenciamento e a proposta do “Future-se” pareciam apontar para a possibilidade de cobrança de mensalidades nas universidades federais. Apesar do ministro demonstrar em suas falas um posicionamento de que o ensino de graduação na universidade pública não seria cobrado, um partido da base aliada do governo. A outra categoria que apontamos na perspectiva econômica foi denominada “universidade paga”. Especificamente o ex-ministro Weintraub deu declarações do que ele pensava acerca da cobrança de mensalidades nas universidades federais:

“Cobrar dos alunos de graduação eu sou contra, porque é uma discussão que vai ser muito acalorada e a gente vai gastar uma energia gigantesca para poucos alunos que são de famílias ricas, mas que às vezes é de família rica e tem pai desnaturado”.

“Mas eu acho que, se a gente focar na cobrança de pós-graduação, você não tem que discordar. Está lá o bonitão com o diploma de advogado querendo fazer o mestrado. E aí tem que pensar em pagar”.

Essas falas do ex-ministro se deram como respostas a questionamentos sobre a gratuidade do ensino superior público, haja visto que as ações de contingenciamento e a proposta do “Future-se” pareciam apontar para a possibilidade de cobrança de mensalidades nas universidades federais. Apesar do ministro demonstrar em suas falas um posicionamento de que o ensino de graduação na universidade pública não seria cobrado, um partido da base aliada do governo.

5.5 Estigma

Na dimensão “Estigma”, buscou-se discutir quais foram as construções negativas demonstradas pelos responsáveis da gestão da educação do governo Bolsonaro acerca da universidade pública que podem ser caracterizadas como os elementos da representação

social que essa gestão manifestava publicamente sobre as universidades federais. Parte-se aqui de uma perspectiva goffmaniana que conceitua o estigma como “[...] um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos” (GOFFMAN, 2012, p. 13). Ou seja, não se estigmatiza alguém ou um grupo apenas pelos atributos em si.

Para abordarmos a dimensão Estigma, então, procurou-se verificar quais atributos e estereótipos estavam presentes nas declarações dos atores investigados, além de estabelecer categorias internas que agregassem os discursos dos atores. Foram identificadas três categorias com unidades de registro correspondentes.

A primeira categoria foi denominada “Drogas”, que contabilizou quatro registros. A segunda categoria nomeou-se como “Desordem”, obtendo também quatro registros. E por fim a categoria “Improdutividade”, na qual se verificou a ocorrência de cinco registros. Quase que a totalidade das falas alocadas nesta dimensão foram emitidas pelo ex- ministro Weintraub. Do total de treze ocorrências aqui agregadas, doze foram pronunciadas por este ator. A declaração restante foi do ex-presidente Bolsonaro.

Em relação à categoria “Drogas” o ex-ministro afirmou que as universidades federais são locais de plantação e consumo de maconha e, conseqüentemente, se configuram como um lugar inseguro para o convívio social. De forma que o termo drogas foi utilizado para estigmatizar os espaços universitários, como pode se verificar nos seguintes trechos:

Se o país proíbe o consumo de drogas, a universidade não pode ser área livre para consumo de drogas.

O problema não é plantação [de maconha] em si, é o que ela reflete. O que eu quero para meus filhos é um ambiente seguro.

Quanto a categoria “Desordem” as declarações representaram as universidades federais como espaço de bagunça, de “balbúrdia”, de gente pelada, de sujeira, entre outras. Estas questões são perceptíveis das falas abaixo:

“A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”.

“universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia terão verbas reduzidas”.

Na dimensão Estigma se percebe nitidamente os elementos constitutivos da representação social da universidade pública para os tomadores de decisão da gestão de educação do governo Bolsonaro. Encontram-se aqui os elementos de tornar a universidade pública uma instituição a ser combatida, a ser desprezada, um espaço político que não vale à pena realizar investimento, porque ali se encontram desordem, “balbúrdia”, gente pelada, drogas, etc.

Afirma-se aqui que o elemento balizador da representação social desta gestão acerca das universidades federais está no estigma. A “balbúrdia” é a grande representação social do governo Bolsonaro sobre as universidades públicas. Explicitamente este foi o senso comum sobre o ensino superior público que se teve em vista divulgar e consolidar na sociedade.

Já na categoria “Improdutividade”, as declarações do ex-ministro e do ex-presidente questionaram a capacidade de as universidades federais produzirem ciência de qualidade, contrapondo aos conhecimentos científicos produzidos nas universidades privadas, como se verifica nos trechos a seguir:

“A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking”.

“poucas universidades têm pesquisa, e, dessas poucas, a grande parte está na iniciativa privada, como a Mackenzie em São Paulo”.

Em contraponto ao posicionamento dos responsáveis pela gestão da educação do governo Bolsonaro quanto à produtividade das universidades federais, Marques (2021, p. 34) aponta que

O Brasil tem uma produção científica relevante no mundo, e essa produção se deve às universidades públicas. Além disso, esses rankings de produção científica não capturam todo o impacto das universidades públicas, como a formação de mão de obra qualificada e a solução de problemas locais, através de atividades de extensão universitária.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos motes centrais deste trabalho foi evidenciar como as ideias importam na gestão pública, no sentido de que as políticas públicas são afetadas pelas perspectivas ideológicas de cada gestão. Para tanto, se investigou quais as representações sociais que os principais atores do governo Bolsonaro, na gestão da Educação, construíram a respeito do ensino superior ao longo dos três primeiros anos de governo.

No intuito de alcançar os objetivos aqui postos, o resgate do panorama do ensino superior brasileiro, bem como suas configurações e tensões atuais, juntamente com a reflexão teórica da importância das ideias para o processo de produção de políticas públicas, levaram à escolha do constructo teórico das representações sociais como ferramental operacional para conduzir a pesquisa.

Esses elementos, em diálogo com os dados produzidos por esta investigação, permitiram construir um modelo analítico das representações da gestão de educação do governo Bolsonaro a partir de cinco dimensões, a saber: autonomia universitária; ideologias presentes na universidade; estudantes universitários; perspectiva econômica sobre as universidades públicas; e estigma. Enquanto procedimento metodológico, a teoria das

representações sociais e a análise documental deram lastro para a escolha dos tomadores de decisão da gestão de educação do governo Bolsonaro como um grupo de pessoas ideologicamente alinhadas. Como também, para a definição das falas públicas veiculadas em jornal de grande circulação como foco investigativo da pesquisa, direcionando a escolha de um veículo de comunicação de massa, o Jornal Folha de São Paulo, para a identificação das declarações dos burocratas de alto escalão aqui definidos. A construção e análise do corpus da pesquisa, por meio do procedimento de análise de conteúdo, levaram à identificação de nove categoriais temáticas, cada uma delas vinculadas às dimensões acima apontadas.

Na categoria “Escolha do reitor”, pertencente à dimensão “autonomia universitária”, verificou-se que falas dos atores possuem elementos de representações sociais que levam a percepção de que as universidades públicas são locais que privilegiam em seus quadros de gestão um espectro ideológico ao qual os tomadores de decisão da gestão da educação do governo não reconhecem como legítima.

Resultado semelhante foi encontrado na categoria “ideologia política partidária”, que fez parte da dimensão “ideologias presentes na universidade”, onde se constatou que para os tomadores de decisão da gestão de educação do governo Bolsonaro as universidades públicas federais têm como ideologia política partidária os partidos no espectro da esquerda. Ao partirem dessas representações de que as universidades são um braço da esquerda, a gestão Bolsonaro viu estas instituições como um inimigo a ser destruído, criando assim uma guerra cultural/ideológica na sociedade contra as universidades federais, que afetou o funcionamento das universidades públicas em todo o país durante seu período de gestão.

Quanto as categorias “atributos negativos” e “representantes da elite”, ambas da dimensão “estudantes universitários”, compreende os mesmos como sujeitos acrílicos que viriam a ser moldados pelo espectro da esquerda “que domina” as universidades e de que a universidade deve ser um espaço restrito a poucos, respectivamente.

Nas categorias “repasso” e “universidade paga”, da dimensão “perspectiva econômica sobre a universidade pública”, as declarações dos atores revelam que os tomadores de decisão da gestão de educação do governo Bolsonaro enxergam os repasses para as universidades como gastos a serem cortados e não como investimento em ciência e tecnologia.

Os atributos e os estereótipos sobre as universidades públicas, presentes nas falas dos atores investigados, permitiram identificar as categorias “drogas”, “desordem” e “improdutividade”, dentro da dimensão “estigma”. Foi possível afirmar que a “balbúrdia” se configurou como a grande representação social do governo Bolsonaro sobre as universidades

públicas, de forma tal que o elemento balizador das representações sociais desta gestão acerca das universidades federais pode ser encontrado na dimensão estigma.

A análise tornou visível que as representações sociais da gestão Bolsonaro sobre as universidades públicas são permeadas de elementos antidemocráticos, de conservadorismo e do ataque à ciência.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Marcos. Representação social: uma genealogia do conceito. **Comum**, v. 10, n. 23, p. 122-138, jul.-dez. 2004. Disponível em: <https://www.sinpro-rio.org.br/site/admin/assets/uploads/files/7e657-gomes_marcos-alexandre-de-souza-representacao-social_-uma-genealogia-do-conceito-comum-23.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2022.

AMARAL, Nelson Cardoso. As Universidades Federais brasileiras sob ataque do Governo Bolsonaro. **Propuesta Educativa**, ano 28, n. 52, p. 127-138, nov. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, de 05 de outubro de 1988. Brasília: 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 jun. 2022.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 18 jun. 2022.

BRASIL. **Lei n. 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Brasília: 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 18 jun. 2022.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: Elaine Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes Faria Filho e Cynthia Greive Veiga (orgs). **500 anos de educação no Brasil**, Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-204.

DUVEEN, Gerard. Introdução: o poder das ideias. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 7-28.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 21-29, fev. 2003.

FONAPRACE. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018**, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Clique-aqui-para-acessar-o-arquivo-completo.-1.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada 4. ed. Rio de Janeiro, LTC, 2012.

HERINGER, Rosana Rodrigues. Políticas para a educação superior nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro. **Heinrich Böll Stiftung**, 27 fev. 2021. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/2021/02/27/politicas-para-educacao-superior-publica-nos-dois-primeiros-anos-do-governo-bolsonaro>>. Acesso em: 26 set. 2021.

IBGE. Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 41, 2019.

KONDER, Leandro. Ideologia e política. **Revista USP**, São Paulo, n. 49, p. 24-29, mar.-maio 2001.

MARQUES, Felipe Tumenas. Derrubando mitos sobre as universidades pública brasileiras. In: ROSSI, Renata Alvarez; TUDE, João Martins (orgs.). **Universidades Federais**: significados e efeitos. Salvador: Escola de Administração da UFBA, 2021, p. 33-36.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, São Paulo, v. 17, supl. 03, p. 04-06, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 dez. 2020.

MEDEIROS, Danilo Custódio de; RIBEIRO, Elisa Antonia. Expansão da educação superior no Brasil na última década: surgimento de um novo cenário de acesso? **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 01, n. 18, jan. 2020.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2015.

OLIVEIRA, Samara Taveira de; BEZERRA, José Eudes Baima; BRAGA, Maria Margarete Sampaio de Carvalho. O ensino superior no Brasil e os interesses de classe entre as décadas de 1970 e os dias atuais: quem teve direito de acesso? **e-Curriculum**, v. 19, n. 01, p. 368-389, jan.-mar. 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-38762021000100368&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 jul. 2022.

PARENTONI, Fernando da Costa *et al.* **Intervenções nas instituições federais de ensino**: reitoras e reitores eleitos e não empossados - nossa luta, nossa história. Campos dos Goytacazes: Encontrografia Editora. 2022. Disponível em: <https://encontrografia.com/wp-content/uploads/2022/12/ebook_Intervencoes-nas-instituicoes-federais.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2023.

SALATA, André. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? **Tempo Social**, v. 30, n. 02, p. 219-253, maio-ago. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/WJjnYYS6fDhpDgMFVzqbP7L/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

SANTOS, Gilberto Lima dos; CHAVES, Antônio Marcos. Ser quilombola: representações sociais de habitantes de uma comunidade negra. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 24, n. 03, p. 353-361, jul.-set. 2007.

SENKEVICS, Adriano Souza. A expansão recente do ensino superior: cinco tendências de 1991 a 2020. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, v. 03, n. 04, p. 199-246, 2021. Disponível em:

<<http://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/4892/3887>>.

Acesso em: 18 jul. 2022